

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.876 - RJ (2019/0300837-5)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : JEAN PIERRE DOS SANTOS SANTIAGO (PRESO)  
**ADVOGADOS** : JONAS LOPES DE CARVALHO NETO - RJ129019  
LUIZ FELIPE CARVALHO ALVARENGA - RJ211257  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JEAN PIERRE DOS SANTOS SANTIAGO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0038418-41.2019.8.19.0000), que denegou a ordem impetrada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 98, g. n.):

*Habeas Corpus. Artigos 171, c/c artigo 14, inciso II, no artigo 180, no artigo 288, no artigo 297, c/c artigo 29, por 04 (quatro) vezes e no artigo 311 c/c artigo 29, todos do Código Penal, na forma do artigo 70 (artigos 180, 297 e 311 do Código Penal) e todos os delitos na forma do artigo 69 do mesmo Diploma Legal. Impetrantes que buscam a concessão da ordem para que a prisão imposta ao paciente seja revogada por ausência de requisitos. Constrangimento ilegal não caracterizado. Medida excepcional da privação da liberdade devidamente fundamentada e justificada, presentes os requisitos ensejadores da decretação da prisão cautelar - fumus comissi delicti e do periculum libertatis. Ilegal constrangimento não verificado. Ordem denegada.*

Nas razões do presente recurso (e-STJ fls. 122/137), a defesa alega, em síntese, a ilegalidade da prisão preventiva do recorrente pela ausência dos requisitos legais autorizadores da medida extrema, bem como pela carência de fundamentação concreta e idônea. Destaca ser o réu possuidor de condições pessoais favoráveis e que outras medidas cautelares são suficientes e adequadas ao caso concreto.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do recorrente, com expedição de alvará de soltura, mediante a aplicação de medidas cautelares alternativas.

# Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Verifica-se que os crimes supostamente praticados pelo recorrente têm pena máxima cominada em abstrato superior a 4 anos, perfazendo, assim, o requisito previsto no artigo 313, I, do CPP. Em relação à existência dos requisitos previstos no artigo 312, do mesmo Código de ritos, ao menos em análise perfunctória, tal questão foi devidamente fundamentada, não se verificando a existência de ilegalidade evidente, a qual ensejaria a concessão da liminar.

Isso porque, conforme exposto pelas instâncias ordinárias, o recorrente figura como indiciado em inquérito policial pela prática de estelionato, além de haver notícia nos autos de que ele já teria cometido crimes da mesma espécie antes (e-STJ fl. 103).

Nesse contexto, é de se considerar que, nos termos da orientação desta Corte, *inquéritos policiais e processos penais em andamento, muito embora não possam exasperar a pena-base, a teor da Súmula 444/STJ, constituem elementos aptos a revelar o efetivo risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva* (RHC n. 68550/RN, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 31/3/2016).

Sendo assim, a princípio, faz-se necessária a medida extrema para garantia da ordem pública, sendo insuficiente, ao que parece, a aplicação

# Superior Tribunal de Justiça

de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Logo, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Vale ressaltar que eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como residência fixa e ocupação lícita, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso em *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo e ao Tribunal estadual, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator